
Porto Alegre, Quinta-feira, 28 de Fevereiro de 2019

INDÚSTRIA E COMÉRCIO
DIÁRIO  **OFICIAL**
ESTADO DO RIO GRANDE DO SUL

ANO XLVI
Nº 43



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
www.riograndesseguradora.com.br
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DE ADMINISTRAÇÃO

Apresentamos o Relatório da Administração, as Demonstrações Financeiras e as Notas Explicativas da Rio Grande Seguros e Previdência S.A., relativas aos exercícios findos em 31 de dezembro de 2018 e 2017, além dos respectivos pareceres dos Auditores Independentes e Relatório do Comitê de Auditoria. O faturamento (*) da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 2018 foi de R\$ 769,4 milhões, o que representa um aumento de 55,8% ao ano anterior. A soma dos resultados das operações de seguros e previdência complementar alcançou R\$ 254,7 milhões, atingindo um crescimento de 34% em relação a 2017. As provisões técnicas de seguros e previdência somaram R\$ 908,7 milhões. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. apresentou lucro líquido de R\$ 81,5 milhões em 2018, alcançando um aumento de 37,7% em relação ao ano anterior. O patrimônio líquido atingiu R\$ 165,8 milhões em 31 de dezembro de 2018, obtendo um acréscimo de 18,2% em relação a 2017. A Companhia administra os seus negócios de acordo com as melhores práticas de gestão de ativos, passivos e risco, garantindo a capacidade financeira de honrar todos os seus compromissos, de acordo com os preceitos da Circular SUSEP nº 517/15 e suas alterações posteriores. A empresa mantém sólida posição financeira, com excesso de ativos vinculados à cobertura de provisões técnicas da ordem de R\$ 106,7 milhões. A Companhia possui uma estrutura de governança corporativa e operacional, que permite aos acionistas administrar o negócio de maneira eficiente, com o acompanhamento adequado dos resultados gerados, a garantia de conformidade legal e estatutária e o direcionamento de valores, objetivos e estratégias. A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. aproveita a oportunidade para agradecer aos seus parceiros e corretores pelo atingimento dos resultados, aos nossos clientes pela preferência, aos acionistas pela confiança e à SUSEP pelo apoio. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019. A Administração.

* Faturamento = prêmios emitidos líquidos + contribuições para cobertura de risco + receita com emissão de apólices + rendas de contribuições e prêmios + rendas com taxas de gestão e outras taxas

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

Ativo	2018		2017		Passivo	2018		2017	
	2018	2017	2018	2017		2018	2017	2018	2017
Circulante	1.010.590	732.143	364.745	310.439					
Disponível	26.742	15.497	32.159	35.058					
Caixa e Bancos	3.466	3.211	15.927	26.101					
Equivalente de Caixa	23.276	12.286	1.516	1.015					
Aplicações	892.871	641.846	14.590	7.854					
Créditos das Operações com Seguros e Resseguros	45.065	40.694							
Prêmios a Receber	32.638	28.050							
Operações com Seguradoras	10.863	12.644							
Operações com Resseguradoras	1.564	-							
Créditos das Operações com Previdência Complementar	51	46							
Outros Créditos Operacionais	13.674	12.273							
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Prov. Técnicas	1.293	1.554							
Títulos e Créditos a Receber	795	508							
Títulos e Créditos a Receber	618	376							
Créditos Tributários e Previdenciários	177	132							
Custos de Aquisição Diferidos	30.099	19.725							
Seguros	30.091	19.723							
Previdência	8	2							
Ativo não Circulante	170.916	170.513							
Realizável a Longo Prazo	170.417	169.728							
Aplicações	80.259	112.026							
Ativos de Resseguro e Retrocessão - Prov. Técnicas	394	118							
Títulos e Créditos a Receber	40.907	23.115							
Custos de Aquisição Diferidos	48.857	34.469							
Seguros	48.786	34.455							
Previdência	71	14							
Investimentos	219	336							
Imobilizado	174	275							
Intangível	106	174							
Total do Ativo	1.181.506	902.656							
Circulante	364.745	310.439							
Contas a Pagar	32.159	35.058							
Obrigações a Pagar	15.927	26.101							
Impostos e Encargos Sociais a Recolher	1.516	1.015							
Impostos e Contribuições	14.590	7.854							
Outras Contas a Pagar	126	88							
Débitos de Operações com Seguros e Resseguros	28.397	30.857							
Prêmios a Restituir	5	-							
Operações com Seguradoras	2.942	4.219							
Operações com Resseguradoras	1.026	-							
Corretores de Seguros	24.144	26.261							
Outros Débitos Operacionais	280	377							
Débitos de Operações com Previdência Complementar	8	19							
Depósitos de Terceiros	2.908	2.452							
Provisões Técnicas - Seguros	285.553	229.513							
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	15.720	12.540							
Não Circulante	650.952	451.979							
Contas a Pagar	43.437	24.120							
Tributos Diferidos	787	677							
Outras Contas a Pagar - Obrigações Fiscais	42.650	23.443							
Provisões Técnicas - Seguros	516.409	357.664							
Provisões Técnicas - Previdência Complementar	91.066	70.162							
Outros Débitos - Provisões Judiciais	40	33							
Patrimônio Líquido	165.809	140.238							
Capital Social	72.189	72.189							
Reservas de Lucros	91.457	65.515							
Ajustes de Avaliação Patrimonial	2.163	2.534							
Total do Passivo e do Patrimônio Líquido	1.181.506	902.656							

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DE RESULTADOS PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais, exceto o lucro líquido por ação)

	2018	2017
Prêmios Emitidos	533.000	449.241
Contribuições para Cobertura de Riscos	688	158
Variação das Provisões Técnicas de Prêmios	(16.152)	(16.229)
Prêmios Ganhos	517.536	433.170
Receita com Emissão de Apólices	2.555	2.194
Sinistros Ocorridos	(87.600)	(100.700)
Custos de Aquisição	(168.125)	(133.985)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(12.372)	(10.903)
Resultado com Operações de Seguros	251.994	189.776
Resultado com Operações de Resseguros	55	(174)
Rendas de Contribuições e Prêmios	228.188	41.160
Constituição da Provisão de Benefícios a Conceder	(168.086)	(9.475)
Receita de Contribuições e Prêmios de VGBL	60.102	31.685
Rendas com Taxas de Gestão e Outras Taxas	4.944	954
Variação de Outras Provisões Técnicas	(59.744)	(32.087)
Custo de Aquisição	(2.577)	(292)
Outras Receitas (Despesas) Operacionais	(61)	(37)
Resultado com Operações de Previdência	2.664	223
Despesas Administrativas	(102.036)	(81.756)
Despesas com Tributos	(22.969)	(19.213)
Resultado Financeiro	19.671	19.782
Resultado Patrimonial	171	7
Resultado Operacional	149.550	108.645
Ganhos ou Perdas com Ativos não Correntes	(51)	121
Resultado Antes dos Impostos e Participações	149.499	108.766
Imposto de Renda	(36.474)	(26.452)
Contribuição Social	(31.490)	(23.082)
Lucro Líquido do Exercício	81.535	59.232
Quantidade de Ações	2.091	2.091
Lucro Líquido por Ação - R\$	38.993,16	28.327,07

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

	Reservas de Lucros							Lucros/Prejuízos Acumulados	Total
	Capital Social	Aumento de Capital em Aprovação	Reserva Legal	Reserva Estatutária	Dividendo Adicional Proposto	Ajuste de Avaliação Patrimonial	Lucros/Prejuízos Acumulados		
Saldos em 31 de dezembro de 2016	45.196	26.993	3.451	32.795	-	260	-	108.695	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	2.274	-	2.274	
Aumento de Capital Portaria SUSEP/DIORG	26.993	(26.993)	-	-	-	-	-	-	
Dividendo declarado e pago - AGO de 03/2017	-	-	-	(1.828)	-	-	-	(1.828)	
Lucro Líquido do Exercício	-	-	-	-	-	-	59.232	59.232	
Destinação do Lucro Líquido:									
Constituição de Reserva Legal	-	-	2.962	-	-	-	(2.962)	-	
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	21.270	-	-	(21.270)	-	
Dividendo Intermediário declarado e pago - AGE de 10/2017	-	-	-	(10.000)	-	-	-	(10.000)	
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(18.135)	-	(18.135)	
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	16.865	-	(16.865)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2017	72.189	-	6.413	42.237	16.865	2.534	-	140.238	
Ajustes com Títulos e Valores Mobiliários	-	-	-	-	-	(371)	-	(371)	
Dividendo declarado AGO de 03/2018	-	-	-	(16.865)	-	-	-	(16.865)	
Dividendo Intermediário declarado e pago - AGE de 07/2018	-	-	-	(30.000)	-	-	-	(30.000)	
Lucro do Exercício	-	-	-	-	-	-	81.535	81.535	
Destinação do Lucro Líquido:									
Constituição de Reserva Legal	-	-	4.077	-	-	-	(4.077)	-	
Constituição de Reserva Estatutária	-	-	-	42.458	-	-	(42.458)	-	
Dividendo Mínimo Obrigatório	-	-	-	-	-	(8.729)	-	(8.729)	
Dividendo Adicional Proposto	-	-	-	-	26.271	-	(26.271)	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2018	72.189	-	10.490	54.696	26.271	2.163	-	165.809	

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017

(Em milhares de reais)

1. CONTEXTO OPERACIONAL: A Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia") é uma sociedade anônima de capital fechado, com sede na Rua Siqueira Campos nº 1163, 6º andar, Centro, na Cidade de Porto Alegre, Estado do Rio Grande do Sul, autorizada a operar em todas as Unidades da Federação nos ramos de seguros de pessoas, na instituição de planos de previdência complementar aberta, bem como no seguro obrigatório de danos pessoais causados por veículos automotores de via terrestre - DPVAT, podendo ainda participar como sócia ou acionista de outras sociedades. A Companhia tem como única acionista a Banrisul Icatu Participações S.A., é uma controlada indireta da Icatu Seguros S.A. ("Icatu Seguros") que é controlada em última instância pelo Grupo Icatu, representado pela Icatu Holding S.A. e pela Nalbrapar Participações Ltda e também pelo Banco do Estado do Rio Grande do Sul S.A. ("Banrisul").

2. ELABORAÇÃO E APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS: Base de Preparação: As Demonstrações Financeiras ("Demonstrações") foram elaboradas conforme os dispositivos da Circular nº 517/15 da Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), Resolução nº 321/15 do Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP") e suas alterações posteriores e os pronunciamentos técnicos, as orientações e as interpretações emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") quando referendadas pela SUSEP, doravante denominadas, em seu conjunto, "práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela SUSEP". As Demonstrações foram autorizadas para emissão pelo Conselho de Administração em 26 de fevereiro de 2019. **Base de Mensuração:** Os ativos e passivos estão mensurados de acordo com o custo histórico, exceto os instrumentos financeiros mensurados pelo valor justo para as categorias "ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado" e "ativos financeiros disponíveis para venda". A Companhia classifica os ativos e passivos em circulante e não circulante considerando os prazos de realização e exigibilidade. Quando não é possível identificar tais prazos são classificados de acordo com estudo técnico. Passivos de exigibilidade imediata são classificados no circulante. **Moeda Funcional e de Apresentação:** Os itens incluídos nas Demonstrações são mensurados usando a moeda do ambiente econômico no qual a Companhia atua. O Real (R\$) é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **Uso de Estimativas:** A elaboração das Demonstrações Financeiras requer que a Administração use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Os ativos e passivos suscetíveis a essas estimativas e premissas envolvem entre outros: (i) valor justo de ativos e passivos financeiros (nota 4.2.1.3 e 5.3); (ii) redução ao valor recuperável de recebíveis (nota 3.1c); (iii) provisões técnicas PPNG-RVNE, IBNER, IBNR, PDR, PET e PCC (nota 3.8, 11 e 12); (iv) créditos tributários e previdenciários (nota 9); (v) provisões judiciais (notas 3.10 e 16); e (vi) diferimento dos custos de aquisição para previdência complementar (nota 3.3). Revisões contínuas são feitas sobre as estimativas e premissas. O reconhecimento contábil da variação entre os valores estimados e realizados é efetuado no resultado do exercício.

3. RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS: As principais práticas contábeis descritas a seguir, foram aplicadas de maneira consistente em todos os exercícios apresentados nas Demonstrações. **3.1 Instrumentos Financeiros: a) Caixa e Equivalentes de Caixa:** Abrangem saldos de caixa, depósitos bancários e, quando aplicável, investimentos financeiros não cotizados e consequentemente em trânsito. São considerados equivalentes de caixa operações compromissadas lastreadas em títulos públicos e os títulos públicos com conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa, com vencimento em até três meses a contar da data da aquisição e que apresentem risco insignificante de mudança de valor justo, detidos diretamente pela sociedade ou através de cotas de fundos de investimentos exclusivos e não vinculados à cobertura de provisões técnicas e mantido com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo e não para investimentos ou outros propósitos. **b) Instrumentos Financeiros**

não derivativos: Ativos Financeiros: A Companhia classifica seus ativos financeiros nas seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, disponível para vendas e empréstimos e recebíveis. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. (i) **Mensurados ao valor justo por meio do resultado** - Representam títulos e valores mobiliários adquiridos com o propósito de serem ativos e frequentemente negociados, ou títulos designados como tal no momento do reconhecimento inicial. São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das Demonstrações, ajustados ao seu respectivo valor justo e classificados no ativo circulante. Os rendimentos e os ganhos ou as perdas por apresentação ao valor justo são contabilizados no resultado; (ii) **Disponíveis para venda** - Representam títulos e valores mobiliários que não se enquadram nas classificações de "títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado", "títulos mantidos até o vencimento" e "empréstimos e recebíveis". São contabilizados pelo custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos, ajustados aos seus respectivos valores justos e classificados no ativo circulante e não circulante de acordo com os prazos de contrato. Os ganhos apurados pelo método dos juros efetivos são reconhecidos no resultado. Os ganhos e as perdas decorrentes das variações dos valores justos não realizados são reconhecidos na rubrica "Ajustes de Avaliação Patrimonial" no patrimônio líquido, líquidos dos correspondentes efeitos tributários e, quando realizados, são apropriados ao resultado, em contrapartida da referida conta no patrimônio líquido; e (iii) **Empréstimos e recebíveis** - São ativos financeiros com pagamentos fixos e determináveis, que não são cotados em mercados ativos e compreendem substancialmente os Créditos das Operações com Seguros, Resseguros e Previdência, e demais contas a receber, não havendo registro de empréstimos. Após seu reconhecimento inicial, esses ativos financeiros são mensurados pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos, decrescidos de qualquer perda por redução ao valor recuperável. **c) Redução ao Valor Recuperável:** (i) **Ativos Financeiros** - Os ativos financeiros (incluindo recebíveis) não mensurados pelo valor justo por meio do resultado são avaliados regularmente, para apurar se há evidência objetiva de que tenha ocorrido perda no seu valor recuperável. A redução ao valor recuperável dos recebíveis é calculada para todos os ramos operados, sendo constituída provisão de 100% para os clientes com faturas vencidas há mais de 60 dias, independente de existirem outros valores a vencer deste mesmo devedor, conforme circular SUSEP nº 517/15 e alterações. (ii) **Ativos não Financeiros** - Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados sempre que eventos ou mudanças nas circunstâncias indicarem que o valor contábil pode não ser recuperável. Uma perda por redução ao valor recuperável é reconhecida se o valor contábil do ativo exceder seu valor recuperável. O valor recuperável de um ativo é o maior entre o valor justo de um ativo menos os custos de venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo. **d) Instrumentos Financeiros Derivativos:** A Companhia possui instrumentos financeiros derivativos negociados na B3 e em mercado de balcão organizado, reconhecidos ao valor justo, que têm como objetivo principal proteger os ativos e passivos da Companhia dos riscos de mercado (nota 6). **3.2 Outros Créditos Operacionais:** Essa rubrica tem por finalidade registrar os pagamentos das obrigações realizadas e ainda não reportadas pelas instituições financeiras. Com isso, o registro transitório fica aguardando o devido retorno para ser baixado, juntamente com a obrigação registrada no passivo, nas rubricas "Comissões a Pagar" e "Provisões Técnicas". **3.3 Custos de Aquisição Diferidos:** Nas operações de seguros, compreendem o diferimento do agenciamento com base no prazo de vigência das apólices com limitação de 60 meses e o diferimento da comissão e do pró-labore com base no prazo de vigência de cada risco (nota 11). Nas operações de previdência complementar, compreendem o diferimento do comissionamento pelo

DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES PARA OS EXERCÍCIOS DE 2018 E 2017 (Em milhares de reais)

	2018	2017
Lucro Líquido do Exercício	81	



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
www.riograndesseguradora.com.br
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

recebimento. Os direitos dos participantes são refletidos mediante a constituição de provisões técnicas em contrapartida ao resultado do exercício. **3.8 Provisões Técnicas:** São constituídas conforme a metodologia de cálculo descrita em nota técnica atuarial do plano aprovado ou elaborada especificamente para a provisão, conforme previsto na Resolução CNSP nº 321/15, Circular SUSEP nº 517/15 e alterações posteriores, e de acordo com as características dos respectivos planos, exceto para o ramo DPVAT cujos valores são provenientes da Seguradora Líder. No passivo foram classificadas as provisões técnicas brutas de resseguro e no ativo foram registradas as provisões referentes às operações de resseguros. As provisões cujos vencimentos ultrapassem o prazo de 12 (doze) meses subseqüentes às respectivas datas-bases, foram classificadas no ativo/passivo não circulante (notas 11 e 12). **Provisões Matemáticas de Benefícios a Conceder e de Benefícios Concedidos:** As provisões matemáticas de benefícios a conceder, relativas aos seguros de pessoas com cobertura por sobrevivência e aos planos de previdência complementar aberta na modalidade de contribuição variável (Vida Gerador de Benefício Livre – VGBL e Plano Gerador de Benefício Livre - PGBL), representam o montante das contribuições efetuadas pelos participantes, líquidas de carregamento, acrescidas dos rendimentos financeiros gerados pela aplicação dos recursos em fundos de investimento especialmente constituídos para os planos do tipo PGBL e VGBL (nota 12). As provisões matemáticas de benefícios concedidos representam o valor presente dos benefícios futuros correspondentes às obrigações assumidas sob a forma de renda, respeitando as tábuas biométricas, taxas de juros e as características do benefício. **Provisão de Sinistros a Liquidar:** A provisão corresponde ao valor total dos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente, líquidos de cosseguros cedidos, brutos de resseguros a recuperar e cosseguros aceitos, com base nos avisos de sinistros e eventos cadastrados até a data das Demonstrações e ainda pendentes de regularização. A baixa das provisões técnicas ocorre pelo seu efetivo pagamento. É efetuado, ainda, um ajuste na provisão (IBNER - sinistros ocorridos e não suficientemente avisados), a fim de refletir no saldo da mesma, a melhor estimativa do valor de pagamento do sinistro, considerando histórico de reavaliações de estimativas, recusas, etc. Os valores de sinistros a recuperar, correspondem à parcela do ressegurador nos sinistros, pecúlios e rendas vencidos e ainda não pagos, atualizados monetariamente. **Provisão de Sinistros/Eventos Ocorridos e não Avisados:** Provisão constituída para a cobertura dos sinistros/eventos ocorridos e ainda não avisados até a data-base das Demonstrações. A metodologia de cálculo utilizada é a sinistralidade esperada, apurada através do triângulo de *run-off*, que é um método estatístico-atuarial que considera o desenvolvimento histórico dos sinistros incorridos para estabelecer uma projeção de sinistros futuros por período de ocorrência. Para a base de estudo utilizou-se a experiência de sinistros observados e prêmio ganho da carteira, incluindo a parcela cossegurada, dado que a experiência da carteira é conhecida pela seguradora líder. O cálculo é pautado na expectativa de sinistros deduzida dos sinistros realizados. **Provisão de Prêmios não Ganhos:** Provisão constituída pela parcela de prêmios e contribuições emitidos e diferidos linearmente até o fim de vigência do risco para riscos vigentes emitidos, considerando ainda uma parcela estimada para os riscos vigentes e não emitidos com base no histórico de atraso na emissão dos prêmios. **Provisão de Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar:** A provisão corresponde aos valores referentes aos resgates e às devoluções de contribuições/prêmios a serem regularizados e às portabilidades solicitadas nos planos de seguros de vida individual e previdência complementar aberta que, por qualquer motivo, ainda não foram transferidas para a entidade/seguradora receptora e às contribuições/prêmios recebidos e não cotizados até a data-base das Demonstrações. **Provisão de Despesas Relacionadas:** A provisão corresponde ao valor esperado com despesas relacionadas a sinistros/benefícios. **Provisão de Excedente Técnico:** Provisão constituída para a garantia dos valores destinados à distribuição de excedentes decorrentes de superávit técnicos, conforme previsto em regulamento ou contrato. A provisão é calculada mensalmente com base na apuração do resultado e estimativas para cada apólice/certificado que possua a cláusula de excedente técnico. **Provisão Complementar de Cobertura:** Provisão constituída quando constatada insuficiência nas provisões técnicas, conforme valor apurado no Teste de Adequação de Passivos (TAP). **3.9 Teste de Adequação de Passivos:** A Companhia elabora semestralmente um teste visando determinar se os passivos registrados estão adequados em relação à melhor estimativa dos desembolsos de caixa projetados, decorrentes de contratos de seguros e previdência por ela emitidos. Para este teste, a Companhia elaborou uma metodologia que considera a sua melhor estimativa corrente dos fluxos de caixa até o final de vigência das obrigações, brutos de resseguro, utilizando premissas atuariais atuais de todos os contratos e certificados dos planos comercializados, sem considerar novas vendas e compensação de contribuições futuras. Os contratos com renovação automática têm seus fluxos de caixa considerados no teste somente até a data da renovação destes contratos. As despesas de manutenção diretamente relacionadas com a operação foram consideradas nas premissas. O resultado mensal do fluxo de caixa foi trazido a valor presente pela taxa de juros (ETTJ) livre de risco definida pela SUSEP. Para os produtos de Previdência, referente aos benefícios já concedidos, o resultado do teste de adequação de passivos apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro, nos planos de cobertura por invalidez, no valor de R\$ 370(R\$ 521 em 31/12/2017), resultando na constituição da Provisão Complementar de Cobertura (PCC) referente a Provisão Matemática de Benefícios Concedidos (PMBC). Para os produtos de acumulação estruturados na modalidade de contribuição variável (PGBL/VGBL), os produtos de risco de previdência e seguros de pessoas individual e coletivo, o resultado do teste de adequação de passivos não apresentou insuficiência de provisão em relação às estimativas de fluxo de caixa futuro.

	2018	2017
Estimativas correntes dos fluxos de caixa	5.821	5.116
Provisões Técnicas na data base	(5.451)	(4.595)
Resultado do TAP	370	521

3.10 Provisões Judiciais e Obrigações Fiscais: O reconhecimento, a mensuração e a divulgação dos ativos e passivos objetos de discussão judicial são realizados de acordo com as regras estabelecidas pelo "CPC 25 – Provisões, Passivos Contingentes e Ativos Contingentes". Os processos judiciais são classificados utilizando os prognósticos de perda em Provável, Possível e Remoto. A análise desses prognósticos é realizada com base na experiência dos escritórios de advocacia externos em conjunto com o departamento jurídico interno da Companhia, levando-se em consideração o risco efetivo de perda, podendo ser revisto de acordo com a fase processual e as decisões dos Tribunais. O valor das provisões é atualizado de acordo com o índice do Tribunal de Justiça de cada Estado, considerando que cada Tribunal utiliza um índice diferente. A Companhia adotou o critério de provisionar a totalidade das ações judiciais cuja probabilidade de perda é considerada provável, exceto para os questionamentos oriundos de obrigações legais. Tal critério encontra-se baseado na experiência de pagamentos das ações judiciais ao longo dos últimos 5 (cinco) anos. Estas Provisões, quando não vinculadas a contrato de seguros, estão contabilizadas na rubrica "Provisões Judiciais" no passivo não circulante; as provisões de natureza cível vinculadas a contrato de seguros estão contabilizadas na Provisão de Sinistros a Liquidar, no passivo circulante e não circulante, com base no tempo estimado de duração dos processos judiciais. (nota 16). As obrigações fiscais em discussão judicial estão contabilizadas na rubrica "Outras Contas a Pagar", no passivo não circulante, atualizadas monetariamente pela SELIC. Os honorários de sucumbência são registrados com base nas informações dos assessores jurídicos da Companhia e dos consultores legais independentes e provisionados na medida das sentenças condenatórias proferidas. Arbitrado após instrução processual e com a procedência dos pedidos homologados em sentença e/ou acordão. Os valores estimados de perdas prováveis das provisões cíveis são corrigidos conforme critérios de atualização monetária e juros que historicamente são imputados às causas, considerando-se sua natureza, Tribunal e Região nos quais a causa está sendo avaliada. Os correspondentes depósitos judiciais, quando exigidos, estão contabilizados na rubrica "Depósitos Judiciais e Fiscais", no ativo não circulante. São atualizados monetariamente pela SELIC para os depósitos judiciais fiscais e pela TR + 0,5% (mensal) para os depósitos judiciais cíveis. **3.11 Imposto de renda e contribuição social: corrente e diferido:** A provisão para imposto de renda corrente é constituída à alíquota de 15%, acrescida de adicional de 10% sobre o montante que exceder R\$ 240 no ano. A contribuição social sobre o lucro líquido é calculada à alíquota de 20%. A provisão para os impostos diferidos é constituída mediante aplicação das alíquotas do imposto de renda e contribuição social vigentes na data de encerramento das Demonstrações, sobre as diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos considerados na base de cálculo dos impostos corrente, valores tributáveis ou dedutíveis em exercícios futuros. Com o fim da vigência da Lei nº 13.169 em 31/12/2018, passa a vigorar a alíquota da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido – CSLL de 20% para 15%, com produção de efeitos a partir de 01/01/2019. A Companhia não possui estoque de prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social. **3.12 Contratos de Seguro:** Define-se como contrato de seguro um contrato em que o emissor aceita em risco de seguro significativo da contraparte concordando em compensá-lo se um evento futuro incerto específico afetá-lo adversamente. A Companhia procedeu à análise de seus negócios e concluiu que suas operações caracterizam-se de acordo com os preceitos contidos no "CPC 11 - contrato de seguro". **3.13 Novas Normas:** Os pronunciamentos a seguir entrarão em vigor para períodos após a data destas Demonstrações Financeiras e não foram adotados antecipadamente: **IFRS 9 / CPC 48 – Instrumentos Financeiros:** O pronunciamento visa a substituir o IAS 39 – Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. A IFRS 9 é aplicável a instrumentos financeiros, em vigor a partir de 1º de janeiro de 2018, exceto para as entidades seguradoras que optarem por continuar a utilizar o CPC 38 até 1º de janeiro de 2022. A Companhia adotará de forma retrospectiva em 1º de janeiro de 2021, exceto se outra data for requerida ou definida pelo órgão regulador. O novo normativo está estruturado para abranger os pla-

res: (i) classificação e mensuração de ativos financeiros; (ii) redução ao valor recuperável (*impairment*) e (iii) contabilização de cobertura (*hedging accounting*). O impacto efetivo da adoção da IFRS 9 nas Demonstrações está em avaliação que será concluída até a data prevista para adoção pela SUSEP. **IFRS 16 / CPC 06 – Arrendamentos:** O pronunciamento substitui a IAS 17 – Arrendamentos – e suas interpretações relacionadas (IFRIC 4, SIC 15 e SIC 27) e tem sua efetividade a partir de 1º de janeiro de 2019. A norma é voltada para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de arrendamentos. O objetivo é garantir que arrendatários e arrendadores forneçam informações relevantes, de modo que representem fielmente essas transações. A Companhia fez o levantamento de todos os contratos de aluguel vigentes no exercício findo em 31 de dezembro de 2018, com o objetivo de identificar se esses contratos possuem características de arrendamentos e com base nisso, mensurar os impactos contábeis no reconhecimento inicial. A avaliação dos impactos está em andamento, porém, com base nas características dos contratos existentes, a Companhia espera que os impactos decorrentes da adoção da norma não sejam significativos. **IFRS 17 – Contratos de Seguros:** A IFRS 17 - Contratos de Seguros substituirá a IFRS 4 e possui a data efetiva de aplicação a partir de 1º de janeiro de 2022. Esta nova norma visa estabelecer os princípios para o reconhecimento, a mensuração, a apresentação e a divulgação das responsabilidades com contratos de seguro. O principal objetivo da norma é assegurar que as entidades forneçam informações relevantes, atualizadas regularmente, proporcionando dados úteis aos usuários das demonstrações financeiras. As obrigações de seguro serão contabilizadas usando os valores atualizados e consistentes com o fluxo de caixa esperado de cada transação e não o custo histórico. A Companhia iniciou a preparação para a implementação dessa nova norma através da realização de diagnóstico cujo resultado abrangerá as dimensões de tecnologia, dados, processos e capacitação de pessoas. Os possíveis impactos decorrentes desse diagnóstico serão avaliados e concluídos até a data de entrada em vigor da norma.

4. GESTÃO DE RISCO: A Estrutura de Gestão de Riscos (EGR), conforme definição dada pela Circular SUSEP nº521/2015, cujo objetivo é o de apoiar a Companhia no atingimento de seus objetivos estratégicos, atua de forma estruturada desde a avaliação até o tratamento das principais ameaças identificadas. Atualmente, a Companhia se utiliza da EGR e do sistema de controles internos adotados na Icatu Seguros, sendo que tanto os quesitos de Estrutura quanto de Processos são proporcionais ao contexto atual da Companhia. **4.1 Sistema de Controles Internos:** A EGR utiliza o Sistema de Controles Internos na segunda linha de defesa. A formulação e a revisão das políticas de controles internos têm por objetivo a redução dos riscos levantados e controlados pelas áreas da Companhia. **4.2 Gerenciamento, Acompanhamento e Mensuração dos Riscos: 4.2.1 Principais Riscos Associados a Instrumentos Financeiros: 4.2.1.1 Risco de Crédito:** Risco de que o emissor do título possa não honrar o principal e/ou o pagamento de juros. Baseia-se, principalmente sobre aqueles relativos às aplicações financeiras. Para os fundos de investimento atrelados a planos de previdência de contribuição variável ou definida (ou seja, sem garantias contratuais), o risco de crédito é do participante do plano. O volume destas aplicações é de R\$ 649.207 (R\$ 445.973 em 31/12/2017). Quanto à exposição ao risco de crédito relativo às aplicações financeiras, os limites são estabelecidos por meio da Política de Investimentos da Companhia. Em relação a emissões de empresas financeiras, não financeiras ou quotas de fundos de investimento é adotada metodologia baseada na análise de aspectos quantitativos e qualitativos dos emissores. Um dos itens que integram as análises é o *rating* atribuído por agências externas de classificação de riscos. Em escala nacional, o risco soberano do Governo Brasileiro representa o menor nível de risco de crédito - nota AAA, e está relacionado às emissões locais denominadas em Reais de títulos públicos federais, no volume de R\$ 202.659 (R\$ 219.201 em 31/12/2017). O volume de aplicações em operações compromissadas lastreadas nos títulos públicos federais totaliza R\$ 56.578 (R\$ 27.646 em 31/12/2017). A companhia não possui aplicações em créditos privados detidos diretamente ou através de fundos de investimento exclusivos. Quotas de fundos de investimento não exclusivos R\$ 87.962 (R\$ 73.338 em 31/12/2017). **4.2.1.2 Risco de Mercado:** Consiste na possibilidade de ocorrência de perdas de valor nos instrumentos financeiros devido às oscilações nos preços, cotações de mercado, bem como das taxas de juros ou outros fatores de risco. A principal metodologia empregada pela Companhia para o gerenciamento do risco de mercado é o cálculo do VaR (*Value at Risk*) paramétrico. Além do cálculo do VaR, são realizados testes de *stress* para verificar a perda potencial em cenários extremos. O risco de mercado é acompanhado por meio de relatórios de periodicidade mínima mensal e análises quando o cenário de mercado é alterado, com informações sobre o VaR e nível de *stress* da carteira. Os riscos associados a essas estratégias são mensurados por meio do sistema de controle de risco *Accutere Risk Control*, além do controle de risco desempenhado pelos administradores fiduciários

	31/12/2018					31/12/2017					
Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	Total
Ações de Cias Abertas	25	-	-	-	25	-	-	-	-	-	-
Certificados de Depósito Bancário	6.346	-	4.837	-	11.183	5	1	12	9	-	27
Debêntures de Distribuição Pública	-	21	1.802	3.572	58.625	1	7	9	70	51	138
Letras do Tesouro Nacional	-	-	101	114.127	39.574	17	133	-	210.325	-	210.475
Letras Financeiras do Tesouro	18	-	-	59.575	144.005	10	-	-	25.304	128.036	153.350
Notas do Tesouro Nacional	-	10	-	22	163.386	-	-	-	-	103.932	103.932
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	10.298	-	-	-	10.298	20	-	-	-	-	20
Operações Compromissadas	105.128	-	-	-	105.128	88.514	-	-	-	-	88.514
Letras Financeiras	4	27.155	1.586	30.354	16.968	8	28	17	66	10	129
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	-	-	-	-	1	1	1	-	-	3
Nota Promissória	-	-	-	6.791	6.791	-	-	-	-	13	13
Outras Aplicações	(1.601)	8	11	-	(1.582)	(1.269)	(5)	-	-	-	(1.274)
Circulante - Valor justo por meio de resultado	120.218	27.194	8.337	207.650	429.349	87.307	165	39	235.774	232.042	555.327
Notas do Tesouro Nacional	-	35.386	-	-	35.386	-	-	25.415	-	-	25.415
Circulante - Disponíveis para venda	-	35.386	-	-	35.386	-	-	25.415	-	-	25.415
Notas do Tesouro Nacional	-	-	-	55.434	24.825	-	-	-	40.014	72.012	112.026
Não Circulante - Disponíveis para venda	-	-	-	55.434	24.825	-	-	-	40.014	72.012	112.026
Total Exclusivos	120.218	62.580	8.337	263.084	454.174	87.307	165	25.454	275.788	304.054	692.768

4.2.2 Principais Riscos Associados a Resseguro: A Companhia possui contrato de resseguro automático da carteira de Seguro de Pessoas Coletivo e Individual, bem como produtos de risco de previdência. O contrato é administrado por um grupo de resseguradores conforme exposto abaixo:

Ressegurador	Tipo	Participação	Rating
		Excesso de Danos por Vida	Excesso de Danos Catástrofe
SCOR	Local	50%	50%
Swiss Re	Local	30%	0%
Hannover	Admitida	15%	20%
RGA	Admitida	5%	0%
Terra Brasis	Local	0%	10%
Austral Re	Local	0%	20%

O contrato atual é não proporcional, estruturado na modalidade de excesso de danos. A retenção da Companhia é por segurado, independentemente da quantidade de coberturas contratadas, o que traz maior segurança na administração da carteira de apólices. **4.2.3 Risco Operacional:** O Risco Operacional é definido como a possibilidade de ocorrência de perdas resultantes de falha, deficiência ou inadequação de processos internos, pessoas e sistemas, ou de eventos externos incluindo o risco Legal e *Compliance*. A gestão dos riscos operacionais é realizada em linha com o processo Gestão de Riscos Corporativos da Companhia com foco na identificação, avaliação e resposta aos riscos que possam comprometer o alcance dos objetivos dos processos. A identificação dos riscos operacionais é realizada através dos processos organizacionais e seus objetivos. Os riscos identificados são quantificados através de gradação de frequência específica gerando planos de ação, caso necessário, sendo que a gradação de impacto é idêntica a utilizada para os demais riscos. A metodologia utilizada objetiva mensurar a exposição dos riscos operacionais antes da ação dos controles (risco inerente) e após a ação dos controles (risco residual). As informações e registros dos riscos identificados, seus controles e os respectivos planos de ação de resposta são controlados e gerenciados pela área de Controles Internos que reporta os resultados ao Gestor de Risco e a Diretoria. A gestão de riscos operacionais também conta com a manutenção de um banco de dados com os registros das perdas operacionais. Este processo permite um acompanhamento

dos fundos. A análise de sensibilidade das aplicações financeiras foi elaborada levando em consideração: (i) O VaR paramétrico: perda máxima esperada da carteira, a dado nível de confiança em horizonte de tempo determinado. O horizonte do VaR é de 1 dia, estimado com nível de confiança de 95%, volatilidade *EWMA* (médias móveis exponencialmente ponderadas) janela de 300 dias e lambda de 0,94. *DV01* (*dollar-value for one basis-point*): medida de sensibilidade do preço de um título de renda fixa em relação à variação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros a qual sua remuneração está associada. No quadro a seguir são apresentadas: - A perda máxima esperada em um dia com 95% de confiança, por meio da metodologia VaR paramétrico; - A perda com a oscilação de 1 (um) *basis-point* (0,01%) na taxa de juros pela metodologia *DV01*.

Fatores de Riscos (Em Reais)	31/12/2018				31/12/2017				
	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição	DV-01	VAR	Exposição
Pré-fixado - DI	81	248	692.736	75	187	628.688	-	-	-
IPCA	147	566	303.670	48	144	137.470	-	-	-
Total	255	790	996.406	122	299	766.158	-	-	-

4.2.1.3 Risco de Liquidez: No âmbito dos ativos financeiros, a gestão de liquidez tem como objetivo monitorar a adequação dos prazos de liquidação dos instrumentos financeiros da carteira de investimentos e demais recebíveis aos vencimentos contratuais dos passivos atuariais e operacionais da Companhia. Para os ativos financeiros, o risco de liquidez de curto prazo é controlado utilizando modelo próprio adaptado às características da Companhia. A necessidade de liquidez de longo prazo é monitorada por meio do gerenciamento de ativos e passivos (*ALM - Assets and Liabilities Management*) em avaliações periódicas, considerando estimativas de fluxos de recebimentos e desembolsos segundo premissas definidas internamente em Comitê de Investimentos. As tabelas a seguir apresentam os principais ativos e passivos financeiros e de seguros e de previdência, detidos pela Companhia, classificados segundo os prazos de vencimento contratuais dos fluxos de caixa, sem considerar a intenção de negociação ou marcação desses ativos.

Ativos	31/12/2018					Total
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Caixa e Bancos	3.466	-	-	-	-	3.466
Equivalente de Caixa	23.276	-	-	-	-	23.276
Aplicações	184.955	62.580	8.337	263.085	454.173	973.130
Créditos das Operações	58.790	-	-	-	-	58.790
Ativos de Resseguros – Provisões Técnicas	385	353	281	367	301	1.687
Passivos	282.669	74.906	101.338	299.589	254.247	1.012.749
Contas a pagar	75.596	-	-	-	-	75.596
Provisões Técnicas	178.668	74.906	101.338	299.589	254.247	908.748
Débitos das operações	28.405	-	-	-	-	28.405

Os ativos financeiros, em sua maioria, possuem liquidez imediata e podem ser resgatados a qualquer momento para fazer face às obrigações, desta forma a expectativa de exigibilidade e realização avaliadas com prazos distintos no *aging* não representa risco. O saldo das aplicações financeiras no exercício é composto por quotas de fundos de investimentos não exclusivos no valor de R\$ 88.013 (R\$ 73.390 em 31/12/2017) e quotas de fundos de investimento exclusivos, sendo o último composto como segue:

Ativos	31/12/2017					Total
	Até 3 Meses ou Sem Vencimento	3 a 6 Meses	6 a 12 Meses	1 a 3 Anos	Acima de 3 Anos	
Caixa e Bancos	3.211	-	-	-	-	3.211
Equivalente de Caixa	12.286	-	-	-	-	12.286
Aplicações	148.410	165	25.454	275.788	304.055	753.872
Créditos das Operações	53.013	-	-	-	-	53.013
Ativos de Resseguros – Provisões Técnicas	439	465	340	313	115	1.672
Passivos	228.785	49.863	118.729	144.115	218.441	759.933
Contas a pagar	59.178	-	-	-	-	59.178
Provisões Técnicas	138.731	49.863	118.729	144.115	218.441	669.879
Débitos das operações	30.876	-	-	-	-	30.876

dos registros dos eventos de risco operacional ocorridos na Companhia e identificação dos processos e controles que possam mitigar a existência de novas ocorrências similares. Na esfera de Risco Legal, a avaliação é realizada de forma contínua pela área jurídica da Companhia, realizando análises de contratos corporativos, avaliando demandas internas e participando da formação de novos produtos a serem lançados, além de fornecer todo o subsídio para os processos judiciais da Companhia. Para os Riscos de *Compliance*, que são aqueles que envolvem o não cumprimento das leis e/ou regulamentações, a Companhia possui uma estrutura de *Compliance*, com responsabilidade de estabelecer controles para garantir que os processos estejam sendo realizados de acordo com todos os requisitos legais e em sintonia com os princípios éticos. Os Riscos de Fraude são identificados através de estudos de risco, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais. Com base nos estudos é desenvolvida e implementada, na forma da legislação vigente, estrutura de controles internos específicos, validada pela auditoria interna, para tratar dos riscos identificados. **4.2.4 Risco de Subscrição:** É a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da Companhia, em relação aos processos que envolvem a tomada de decisão seletiva de riscos aceitáveis, determinação dos prêmios cobrados, os termos do contrato e o monitoramento das decisões tomadas. A área de Subscrição de Riscos da Companhia tem por objetivo dar suporte na conquista e renovação de apólices, mantendo os riscos bem administrados pela Companhia influenciando assim sua solvência e proporcionando lucro aos acionistas. Nossa política de aceitação visa selecionar de forma criteriosa os proponentes dos nossos seguros, aplicando regras e diretrizes determinadas por nossa área atuarial, mediante análises médicas e econômicas capazes de determinar a aceitação ou não das propostas. Controlando o Risco de Subscrição com as políticas, regras e diretrizes existentes, a Companhia visa manter o equilíbrio técnico-financeiro da sua carteira de negócios, perpetuando assim a capacidade de gerenciar os riscos evitando, inclusive, a absorção de riscos não desejáveis. Há outras considerações importantes que precisam ser analisadas para permitir que o Risco de Subscrição seja bem gerenciado e mitigado, como a concentração de riscos por tipo e localização e estratégias de transferência de risco ou resseguros. **4.2.5 Risco por Região e Ramo - Seguros e Previdência Complementar:** O quadro abaixo demonstra a concentração de risco por região e por ramo, baseado nos prêmios ganhos e contribuições de PGBL / VGBL no exercício:

	31/12/2018							
	Sudeste		Sul		Demais regiões		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo	71.643	37%	121.831	63%	-	0%	193.474	37%
Prestamista	15.520	7%	219.717	93%	-	0%	235.237	46%
DPVAT	10.177	46%	4.223	19%	7.611	35%	22.011	4%
Acidentes Pessoais	24.679	41%	36.182	59%	-	0%	60.861	12%
Outros	(1.095)	-18%	7.048	118%	-	0%	5.953	1%
Total	120							



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
www.riograndesseguradora.com.br
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

	31/12/2017							
	Sudeste		Sul		Demais regiões		Total	
	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%	R\$ mil	%
Vida em Grupo	128.665	77%	37.551	23%	-	0%	166.216	39%
Prestamista	86.594	45%	106.057	55%	-	0%	192.651	43%
DPVAT	11.629	47%	4.791	20%	8.268	33%	24.688	8%
Acidentes Pessoais	32.185	68%	14.977	32%	-	0%	47.162	10%
Outros	1.615	66%	838	34%	-	0%	2.453	0%
Total	260.688	60%	164.214	38%	8.268	2%	433.170	100%
Previdência	-	0%	31.685	100%	-	0%	31.685	100%
Total de Previdência	-	0%	31.685	100%	-	0%	31.685	100%

5. APLICAÇÕES FINANCEIRAS: A composição da carteira de ativos financeiros detidos pela Companhia contempla os Investimentos Financeiros classificados como Equivalentes de Caixa no valor de R\$ 23.276 em 31/12/2018 (R\$ 12.286 em 31/12/2017).

5.1 Composição das Aplicações Financeiras:

Descrição	31/12/2018		31/12/2017	
	Valor Contábil/Mercado	Rentabilidade %	Valor Contábil/Mercado	Rentabilidade %
Quotas de Fundos de Investimento - Não Exclusivos (I)	88.013	9,61%	73.390	11,22%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (II)	792.748	86,53%	555.327	84,90%
Quotas de Fundos (PGBL/VGBL)	649.207	-	445.973	-
Letras Financeiras do Tesouro	87.014	-	81.760	-
Operações Compromissadas	56.578	-	27.646	-
Outros	(51)	-	(52)	-
Categoria I - Valor justo por meio de resultado (IV) = (I)+(II)+(III)	880.761	96,14%	628.717	96,11%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (V)	35.386	3,86%	25.415	3,89%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Menor que 1 ano	35.386	-	25.415	-
Categoria II - Disponíveis para venda (VIII)	35.386	3,86%	25.415	3,89%
Total no Circulante (IX)=(VII)+(VIII)	916.147	100,00%	654.132	100,00%
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos (X)	80.259	100,00%	112.026	100,00%
Notas do Tesouro Nacional - IPCA - Maior que 1 ano	80.259	-	112.026	-
Categoria II - Disponíveis para venda (XI) = (X)	80.259	100,00%	112.026	100,00%
Total no Não Circulante (XIV) = (XI)+(XIII)	80.259	100,00%	112.026	100,00%
Total Geral	996.406		766.158	

Em 31/12/2018, o valor mensurado pelo custo amortizado por meio do método dos juros efetivos dos títulos classificados como disponíveis para venda, monta R\$ 112.039 (R\$ 133.184 em 31/12/2017). Dessa forma, os ganhos e perdas não realizados, registrados como Ajustes de Avaliação Patrimonial, montam R\$ 3.606 (R\$ 4.258 de ganho em 31/12/2017). As quotas de fundos de investimento estão precificadas conforme valores publicamente divulgados pelas instituições financeiras administradoras dos respectivos fundos.

5.2 Movimentação das Aplicações por Categorias:

	Valor Justo por meio do Resultado	Disponível para venda	Total
Saldo em 31/12/2016	157.889	84.112	242.001
Aplicações	69.1852	46.556	738.408
Resgates	(241.536)	(6.023)	(247.559)
Rentabilidade	20.512	8.973	29.485
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários	-	3.823	3.823
Saldo em 31/12/2017	628.717	137.441	766.158
Aplicações	604.203	-	604.203
Resgates	(392.107)	(33.121)	(425.228)
Rentabilidade	39.948	11.977	51.925
Ajuste Títulos de Valores Mobiliários	-	(652)	(652)
Saldo em 31/12/2018	880.761	115.645	996.406

5.3 Critérios Adotados na Determinação do Valor Justo: Os ativos mantidos em carteira administrada própria ou nos fundos de investimento exclusivos são avaliados ao valor justo, utilizando-se preços negociados em mercados ativos de referência divulgados pela ANBIMA e pela B3, exceto para os títulos classificados como mantidos até o vencimento, que são atualizados pelos indexadores e taxas pactuadas por ocasião de suas aquisições. Os ativos foram classificados por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, sendo: • Nível 1: preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos e passivos idênticos; • Nível 2: inputs de mercado, exceto preços cotados, incluídos no Nível 1 - que são observáveis para o ativo ou passivo, diretamente (preços) ou indiretamente (derivado de preços); • Nível 3: premissas, para o ativo ou passivo, que não são baseadas em dados observáveis de mercado (inputs não observáveis). Na sequência, a composição das aplicações financeiras classificadas por níveis de hierarquia de mensuração ao valor justo, incluindo a carteira dos fundos exclusivos:

	31/12/2018	31/12/2017
Nível 1		
Ações de Cias Abertas	25	-
Letras Financeiras do Tesouro	203.598	153.350
Notas do Tesouro Nacional	163.418	103.932
Letras do Tesouro Nacional	153.802	210.444
Debêntures de Distribuição Pública	37.162	105
Operações Compromissadas	105.128	431
Nível 2		
Letras do Tesouro Nacional	-	31
Operações Compromissadas	-	88.083
Letras Financeiras	76.067	129
Certificados de Depósito Bancário	11.183	27
Debêntures de Distribuição Pública	26.858	33
Depósitos a Prazo com Garantia Especial	-	3
Fundos de Investimento Não Exclusivos	88.013	73.390
Fundos de Investimento de Direitos Creditórios	10.298	20
Notas Promissórias	6.791	13
Opções	28	-
Outras Aplicações	(1.610)	(1.274)
Total (I) Títulos mensurados ao valor justo por meio de resultado	880.761	628.717
Nível 1		
Notas do Tesouro Nacional	115.645	137.441
Total (II) Títulos disponíveis para venda	115.645	137.441
Total (I+II)	996.406	766.158

6. INSTRUMENTOS FINANCEIROS DERIVATIVOS: Todas as operações relacionadas a esses instrumentos são realizadas através de fundos de investimentos exclusivos atrelados a planos de previdência de contribuição variável e têm por objetivo a síntese de posição do mercado à vista ou para proteção da carteira. O risco da exposição a estes ativos é dos participantes dos referidos planos de previdência e os limites estão estabelecidos na política de investimentos de cada fundo. Os ganhos e perdas não refletem no resultado da companhia, uma vez que o impacto é de igual valor nas provisões técnicas da companhia. O critério para determinar o valor justo dos instrumentos financeiros derivativos é a metodologia de fluxo de caixa descontado, utilizando-se as taxas divulgadas pela B3. Em 31/12/2018 e 31/12/2017, a Companhia possuía os seguintes instrumentos financeiros derivativos em fundos exclusivos, negociados na B3 e swap contratados em mercado de balcão organizado:

9. CRÉDITOS E DÉBITOS TRIBUTÁRIOS E PREVIDENCIÁRIOS: Os créditos tributários são compostos da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Impostos a Recuperar		
Imposto de Renda	154	119
Demais Impostos	23	13
Total Circulante	177	132

Os ativos e passivos fiscais diferidos da Companhia são compensados de acordo com o CPC 32, apresentado no balanço patrimonial no valor de R\$ 787 (R\$ 677 em 31/12/2017), sendo Ativo diferido sobre diferenças temporárias no valor de R\$ 655 (R\$ 1.047 em 31/12/2017) e passivo diferido no valor de R\$ 1.442 (R\$ 1.723 em 31/12/2017). Os créditos tributários diferidos de diferenças temporárias da Companhia estão classificados no ativo não circulante, sendo compostos, em sua maioria, de provisões judiciais fiscais, atualização monetária de depósitos judiciais e provisões de Fundo de Marketing.

	31/12/2018	31/12/2017
Imposto de Renda/Contribuição Social		
Provisão p/ Contingências Fiscais	40	33
Outras Provisões	462	312
Fundo de Marketing	1.134	1.449
Atualização Depósito Judicial	(5.391)	(3.353)
COFINS Exigibilidade Suspensa	4.639	3.437
PIS Exigibilidade Suspensa	754	559
Total das Provisões temporárias	1.638	2.437
Alíquota aplicada - IRPJ - 25%	409	609
Alíquota aplicada - CSLL - 15% e 20%	246	438
	655	1.047

Conforme Circular Susep nº 517/15 e alterações posteriores, a Companhia realizou estudo aprovado pela Administração indicando a apuração de lucros tributáveis nos próximos 10 anos para os créditos tributários diferidos, decorrentes de diferenças temporárias, prejuízo fiscal e/ou base negativa.

	Diferenças Temporárias - 2018 a 2023		Diferenças Temporárias - 2024 a 2028	
2018(*)	1.714	0%	2024	66
2019	66	10%	2025	66
2020	66	10%	2026	65
2021	65	10%	2027	65
2022	65	10%	2028	65
2023	66	10%	Total	327
Total	328	50%	Totalizador	655

(*) 2018 não compõem o total de Diferenças Temporárias

10. OBRIGAÇÕES A PAGAR: O passivo circulante tem como finalidade registrar obrigações com vencimento dentro de 12 meses seguintes à data das Demonstrações. São compostas da seguinte forma:

	31/12/2018	31/12/2017
Fornecedores	234	217
Dividendos a Pagar	8.729	18.135
Pagamentos a realizar	457	1.246
Provisão Fundo de Marketing	1.135	1.450
Prestação de Serviços Compartilhados	5.346	3.925
Outras Contas a Pagar	26	1.128
Total	15.927	26.101

11. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS - SEGUROS: As Provisões Técnicas estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e são compostas da seguinte forma:

	31/12/2018		
	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total
Circulante			
Prêmios não Ganhos	22.420	-	22.420
Prêmios não Ganhos - RVNE	13.706	-	13.706
Sinistros a Liquidar	50.068	-	50.068
Excedente Técnico	32	-	32
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	117.742	-	117.742
Benefícios a Conceder	-	78.497	78.497
Benefícios Concedidos	-	48	48
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	2.490	2.490
Provisão para Despesas Relacionadas	550	-	550
Total	204.518	81.035	285.553
Não Circulante			
Prêmios não Ganhos	26.409	-	26.409
Sinistros a Liquidar	3.243	-	3.243
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	16.282	-	16.282
Benefícios a Conceder	-	470.430	470.430
Provisão para Despesas Relacionadas	45	-	45
Total	45.979	470.430	516.409
	31/12/2017		
	Pessoas (*)	Sobrevivência	Total
Circulante			
Prêmios não Ganhos	17.142	-	17.142
Prêmios não Ganhos - RVNE	10.590	-	10.590
Sinistros a Liquidar	46.284	-	46.284
Excedente Técnico	51	-	51
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	100.357	-	100.357
Benefícios a Conceder	-	52.825	52.825
Benefícios Concedidos	-	-	-
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	-	1.745	1.745
Provisão para Despesas Relacionadas	519	-	519
Total	174.943	54.570	229.513
Não Circulante			
Prêmios não Ganhos	18.684	-	18.684
Sinistros a Liquidar	3.092	-	3.092
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	19.275	-	19.275
Benefícios a Conceder	-	316.579	316.579
Provisão para Despesas Relacionadas	34	-	34
Total	41.085	316.579	357.664

(*) com DPVAT

31/12/2018						
Futuro	Posição	Venci-mento	Indexador de referência	Quanti-dade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DAP	Comprado	2019	DI x IPCA	-	2	Hedge Índice
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	195	24.593	Hedge Índice
DAP	Vendido	2020	DI x IPCA	-	4	Hedge Índice
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	-	1	Hedge Índice
DAP	Vendido	2022	DI x IPCA	1.120	123.527	Hedge Índice
DAP	Vendido	2023	DI x IPCA	-	1	Hedge Índice
DI1	Vendido	2019	CDI	1	100	fixada
DI1	Vendido	2020	CDI	1.262	114.126	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2021	CDI	-	4	fixada
DI1	Vendido	2022	CDI	661	52.349	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Comprado	2023	CDI	73	5.267	fixada
DI1	Comprado	2025	CDI	-	1	Hedge Taxa pré fixada

31/12/2017						
Futuro	Posição	Venci-mento	Indexador de referência	Quanti-dade	Exposição (notional) Total em R\$ mil	Objetivo
DAP	Vendido	2019	DI x IPCA	-	11	Hedge Índice
DAP	Vendido	2021	DI x IPCA	-	1	Hedge Índice
DAP	Vendido	2022	DI x IPCA	-	2	Hedge Índice
DAP	Vendido	2023	DI x IPCA	-	1	Hedge Índice
DI1	Vendido	2018	CDI	-	17	fixada
DI1	Vendido	2018	CDI	1	133	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2019	CDI	-	31	fixada
DI1	Vendido	2019	CDI	1	104	Hedge Taxa pré fixada
DI1	Vendido	2020	CDI	2.451	209.785	fixada
DI1	Vendido	2020	CDI	3	266	fixada
DI1	Vendido	2027	CDI	1.705	68.629	fixada

7. PRÊMIOS A RECEBER: A composição do saldo de prêmios a receber por ramo segue abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Prestamista	19.063	16.738
Acidentes Pessoais Coletivo	4.345	3.577
Vida em Grupo	9.065	7.678
Outros	181	63
Total de Prêmios a Receber	32.654	28.056
Provisão para Redução ao Valor Recuperável	(16)	(6)
Total	32.638	28.050

A movimentação dos prêmios a receber e da provisão para redução ao valor recuperável compõem-se como segue:

	31/12/2018	31/12/2017
Saldo Inicial	28.050	16.197
(+) Prêmios Emitidos	542.795	452.549
(-) Prêmios Cancelados	(10.055)	(3.447



RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90
www.riograndesseguradora.com.br
Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

A natureza das principais transações com partes relacionadas é descrita a seguir: a) O saldo referente à Seguradora Líder origina-se da participação da Companhia no Consórcio, que registra a operação e repassa a informação, sem movimentação financeira, constituindo, um "Contas a Receber/Pagar". b) Valores referentes acordo operacional de cosseguro, firmado com a Icatu Seguros. Os valores do contas a receber e a pagar são liquidados nos meses subsequentes. c) Valores referentes acordo operacional de prestação de serviços compartilhados, firmado com a Icatu Assessoria Ltda. Os valores do contas a pagar são liquidados nos meses subsequentes. d) A Companhia adquire títulos de capitalização emitidos pela Icatu Capitalização. Os títulos são de pagamento único e vigência mensal. Seu preço é determinado de acordo com notas técnicas atuariais protocoladas na SUSEP e condizentes com as práticas de mercado para esse tipo de operação. O objetivo é oferecer ao segurado da Companhia uma possibilidade de ganho extra pela premiação do título de capitalização atrelado ao seguro adquirido, cujo direito ao sorteio é cedido pela Companhia. Os efeitos dessa operação estão registrados na demonstração do resultado na rubrica "Outras Receitas e Despesas Operacionais" e) Valor referente a dividendos a pagar sobre as movimentações oriundas da distribuição de resultados.

20. PRINCIPAIS RAMOS DE ATUAÇÃO: Os principais ramos de atuação estão assim compostos:

Ramo	31/12/2018			31/12/2017		
	Prêmios Ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento	Prêmios Ganhos	Sinistra-lidade	Comissio-namento
Vida em Grupo	193.474	13,7%	33,9%	166.216	10,9%	31,8%
Prestamistas	235.237	14,4%	33,8%	192.651	28,3%	32,7%
DPVAT	22.011	81,2%	1,2%	24.688	84,4%	1,2%
Acidentes Pessoais	60.862	13,9%	35,1%	47.162	13,0%	36,5%
Demais Ramos	5.952	16,1%	23,0%	2.453	40,3%	31,2%
Total	517.536			433.170		

21. DETALHAMENTO DE CONTAS DA DEMONSTRAÇÃO DO RESULTADO:

	31/12/2018	31/12/2017
Sinistros Ocorridos	(87.600)	(100.700)
Indenizações Avisadas	(69.725)	(50.949)
Indenizações Avisadas de Consórcios e Fundos	(12.976)	(14.475)
Variação da Provisão de Sinistros Ocorridos mas não Avisados	1.003	(28.461)
Despesas com Sinistros	(5.573)	(6.392)
Outras Despesas com Sinistros	(329)	(423)
Custos de Aquisição	(168.125)	(133.985)
Comissões sobre Prêmio Retido	(8.575)	(6.232)
Outras Despesas de Comercialização	(184.091)	(153.511)
Variação Comissões Diferidas	24.541	25.758
Outras Receitas e Despesas Operacionais - Seguros e Resseguros	(12.372)	(10.903)
Despesas DPVAT	(2.464)	(2.634)
Reversão (Constituição) de Provisão para Riscos de Créditos	69	(69)
Outras Receitas/(Despesas) Operacionais	(2.955)	(4.030)
Despesas c/ Operações Seguros	(7.022)	(4.170)
Despesas Administrativas	(102.036)	(81.756)
Pessoal Próprio	(25)	(31)
Serviços de Terceiros	(88.792)	(71.961)
Localização e Funcionamento	(4.443)	(3.583)
Publicidade e Propaganda	(4.817)	(3.316)
Convênio DPVAT	(2.652)	(1.689)
Outras Despesas Administrativas	(1.307)	(1.176)
Despesas com Tributos	(22.969)	(19.213)
Impostos	(297)	(104)
COFINS	(19.036)	(16.161)
PIS	(3.093)	(2.626)
Taxa de Fiscalização	(543)	(322)
Resultado Financeiro	19.671	19.782
Receitas Financeiras	55.069	32.166
Categoria - Valor Justo por meio do Resultado		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	35.217	12.892
Títulos de Renda Fixa	-	477
Categoria - Disponível para Venda		
Quotas de Fundos de Investimento - Exclusivos	11.977	8.974
Convênio DPVAT	5.605	7.142
Outras Receitas Financeiras	2.270	2.681
Despesas Financeiras	(35.398)	(12.384)
Categoria - Disponível para Venda		
Quotas de fundos de investimentos - Exclusivos	(874)	-
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Previdência	(4.765)	(884)
Atualização Monetária sobre Provisões Técnicas - Seguros	(29.613)	(11.313)
Outras Despesas Financeiras	(146)	(187)
22. CONCILIAÇÃO DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL: O Imposto de Renda (IRPJ) e a Contribuição Social (CSLL), calculados com base nas alíquotas oficiais vigentes, estão reconciliados com os valores contabilizados como despesas, como segue:		
	31/12/2018	31/12/2017
	IRPJ	CSLL
Resultado antes dos Impostos e Participações	149.499	149.499
Resultado antes dos Impostos	149.499	149.499
Adições	2.907	2.907
Adição Permanente	180	22
Doações e Patrocínios Indedutíveis	1.173	959
Contingências Trabalhistas, Cíveis e Fiscais	6	6
Outras Provisões	150	163
Tributos e Contribuições com Exigibilidade Suspensa	1.398	1.397
Exclusões	(2.524)	(2.158)
Outras Provisões	(315)	(134)
Tributos e Contribuições em Questionamento Judicial	(2.038)	(2.017)
Dividendos Recebidos	(171)	(7)
Resultado Ajustado	149.882	149.155
Compensação Prej. Fiscal / Base Negativa	-	(15.210)
Lucro após as Compensações	149.882	93.954
	15% +	15% +
Alíquotas Oficiais	10%	20%
Despesas / Constituição / Reversão com IRPJ/CSLL	(37.447)	(29.976)
Incentivos Fiscais	1.173	959
Reversão da Provisão de Créditos Tributários	(200)	(3.947)
Atualização Processo Judicial CSLL	-	(1.156)
Despesas com IRPJ/CSLL	(36.474)	(31.490)
Alíquota Efetiva	24%	24%
23. COMITÊ DE AUDITORIA: Em atendimento à Resolução CNSP nº 321/15, a Companhia aderiu ao Comitê de Auditoria único instituído pelo grupo Icatu Seguros, por intermédio da instituição líder Icatu Seguros. O resumo do relatório do referido comitê será divulgado em conjunto com as Demonstrações Financeiras de 31/12/2018 da Icatu Seguros.		

	31/12/2018	31/12/2017
Patrimônio Líquido Ajustado (PLA)	141.729	144.077
Capital Base (CB)	15.000	15.000
Capital de Risco de Crédito	5.557	6.380
Capital de Risco de Subscrição	73.829	60.203
Capital de Risco - Mercado	12.021	12.500
Capital de Risco - Redução por correlação	(10.701)	(11.101)
Capital de Risco - Operacional	2.531	1.970
Capital de Risco (CR)	83.237	69.952
Capital Mínimo Requerido - CMR = (MAX(CB,CR))	83.237	69.952
Suficiência	58.492	74.125
Razão PLA/CMR	1,70	2,06

Em atendimento ao CNSP a Companhia apresenta montante em títulos do Tesouro Nacional ou fundos compostos por esses títulos, em excesso à necessidade de cobertura das provisões técnicas, superior a 20% (vinte por cento) do seu Capital Mínimo Requerido - CMR obtido ao se desconsiderar, no cálculo do capital de risco de mercado, os fluxos de operações não registradas.

19. PARTES RELACIONADAS: Os principais saldos, receitas e despesas resultantes de transações com partes relacionadas seguem abaixo:

	31/12/2018	31/12/2017
Ativo	15.729	21.476
Contas a Receber	14.280	18.365
Icatu Seguros S.A.(Controladora*) [b]	1.347	2.718
Icatu Capitalização S.A.(Ligada)[d]	102	393
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros)[a]		
Passivo	(21.401)	(34.645)
Contas a Pagar	(7.192)	(12.658)
Icatu Seguros S.A. (Controladora*) [b]	(8.729)	(18.135)
Banrisul Icatu Participações S.A. (Controladora) [e]	(281)	(371)
Seguradora Líder dos Consórcios do Seguro DPVAT (Outros) [a]	(5.199)	(3.481)
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada) [c]	(5.672)	(13.169)
Total (Ativo - Passivo)	33.917	43.527
Receitas	211.546	254.025
Icatu Seguros S.A. (Controladora*)[b]	191.038	241.805
Icatu Capitalização S.A.(Ligada)[d]	20.508	12.220
Despesas	(177.629)	(210.498)
Icatu Seguros S.A. (Controladora*) [b]	(96.855)	(166.698)
Icatu Capitalização S.A.(Ligada)[d]	(27.344)	(16.294)
Icatu Assessoria Ltda. (Ligada)[c]	(53.430)	(27.506)
Total (Receitas - Despesas)	33.917	43.527

CONSELHO DE ADMINISTRAÇÃO	
Presidente: Luciano Snel Corrêa	
Conselheiros: Ademar Schardong	
Luiz Gonzaga Veras Mota; Melissa Guagnini Hoffmann Custódio	
Contador: Marcos Célio Santos Nogueira - CRC-RJ nº 089.351/O-8	
DIRETORIA	
Diretor Presidente: Cesar Luiz Salazar Saut	
Diretores: Marcio de Moraes Palmeira	
Suzana Flores Cogo	
Aтуário: Lígia de Abreu Sodré Pires - MIBA nº 1394	

12. PROVISÕES TÉCNICAS E CUSTOS DE AQUISIÇÃO DIFERIDOS – PREVIDÊNCIA COMPLEMENTAR: As Provisões Técnicas de Previdência Complementar estão classificadas no passivo circulante e não circulante de acordo com a expectativa de exigibilidades e são compostas da seguinte forma:

Provisões Técnicas Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Prêmios não Ganhos	64	57
Benefícios a Conceder	14.340	10.949
Benefícios Concedidos	617	525
Sinistro a Liquidar	46	333
Eventos Ocorridos mas não Avisados	226	203
Provisão de Despesas Relacionadas	1	1

Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	31/12/2018	31/12/2017
Provisão Complementar de Cobertura	385	414
	41	58
	15.720	12.540

Provisões Técnicas Não Circulante	31/12/2018	31/12/2017
Benefícios a Conceder	85.940	65.620
Benefícios Concedidos	4.786	4.070
Provisão de Despesas Relacionadas	11	8
Provisão Complementar de Cobertura	329	464
	91.066	70.162

As movimentações das Provisões Técnicas e dos Custos de Aquisição Diferidos de Previdência estão demonstradas a seguir:

Provisões Técnicas - Previdência	Transf. Carteira	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2017	Constituições	Reversões	Atualização Monetária	Saldos em 31/12/2018
Prêmios não Ganhos	41	79	(63)	-	57	16	(9)	-	64
Prêmios não Ganhos - RVNE	1	-	(1)	-	-	-	-	-	-
Benefícios a Conceder	71.440	9.208	(4.886)	807	76.569	31.952	(12.323)	4.081	100.279
Benefícios Concedidos	4.557	15	(46)	69	4.595	709	(581)	680	5.403
Sinistro a Liquidar	36	289	-	8	333	700	(991)	4	46
Sinistros Ocorridos mas não Avisados	148	293	(238)	-	203	137	(114)	-	226
Resgates e/ou Outros Valores a Regularizar	177	675	(437)	-	415	3.906	(3.935)	-	386
Provisão de Despesas Relacionadas	6	3	-	-	9	5	(2)	-	12
Provisão Complementar de Cobertura	-	521	-	-	521	421	(572)	-	370
	76.406	11.083	(5.671)	884	82.702	37.846	(18.527)	4.765	106.786

Custos de Aquisição Diferidos	Constituições	Reversões	Saldos em 31/12/2017	Constituições	Reversões	Saldos em 31/12/2018
	16	-	16	66	(3)	79

Análise de Sensibilidade – Previdência: Os testes de sensibilidade consideraram os seguintes fatores: Taxa de juros (1% a.a. ETTJ), Desistência (10%), Longevidade (10%), Conversão de Renda (5%) em 31/12/2018. As premissas consideradas no teste foram apuradas com base na experiência observada. Na Desistência/Cancelamento o stress de 10% representa o dobro da oscilação média observada. Na conversão em renda, o incremento de 5% representa um aumento de 50% na média histórica de conversão em renda. Na Longevidade, a premissa de 10% aplicada sobre uma tábua realista já representa um cenário de stress. Com base em dados históricos um stress de 1% na Taxa de Juros é considerado uma oscilação representativa frente médias do mercado. Nas premissas Desistência e Conversão de Renda o impacto foi nulo, as demais premissas não indicam impacto significativo no resultado e patrimônio líquido, conforme quadro abaixo:

VARIÁVEL	Premissas	Coberturas de Acumulação/ Sobrevivência		Efeito no Resultado e no Patrimônio Líquido	
		31/12/2018	31/12/2017	Bruto/ Líquido de Resseguro	Bruto/ Líquido de Resseguro
Taxa de Juros	Redução de 1% a.a. na Taxa de Desconto (ETTJ)	464	407	(367)	(354)
Taxa de Juros	Aumento de 1% a.a. na Taxa de Desconto (ETTJ)	237	206	(215)	(188)
Sobrevivência	Agravo de 10% a.a. na taxa de sobrevivência				
Sobrevivência	Redução de 10% a.a. na taxa de sobrevivência				

13. GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS: Os ativos garantidores das provisões técnicas são compostos por:

Provisões Técnicas - Seguros e Previdência	31/12/2018	31/12/2017
Exclusão:	908.748	669.879
Custos de Aquisição Diferidos (redutores) (a)	(17.860)	(12.394)
Provisões Técnicas - Resseguros (redutores) (b)	(1.174)	(1.103)
Necessidade de Cobertura	889.714	656.382
Ativos Oferecidos em Garantia	885.117	680.482
Quotas de Fundo de Investimento - Exclusivo	88.013	73.390
Quotas de Fundo de Investimento - Não Exclusivo	973.130	753.872
Total de Ativos Vinculados	23.276	12.286
Quotas de Fundo de Investimento - Exclusivo	23.276	12.286
Equivalente de caixa	996.406	766.158
Total de Aplicações	106.692	109.776
Valor Excedente de Ativos Vinculados a Cobertura	106.692	109.776

(a) Custos de Aquisição Diferidos: Circulante R\$ 30.099 e Não Circulante R\$ 48.857 total R\$ 78.956 sendo redutores R\$ 17.860 e não redutores R\$ 61.096 (b) Provisões Técnicas - Resseguros: Circulante R\$ 1.293 e Não Circulante R\$ 394 total R\$ 1.687 sendo redutores R\$ 1.174 e não redutores R\$ 513.

14. CORRETORES DE SEGUROS: São comissões sobre prêmios de seguros diretos e cosseguro aceito e são compostas como segue:

A seguir, um resumo dos principais questionamentos fiscais, oriundos de obrigações legais:

TESE	Probabilidade de Perda	Fase Processual	Depósito Judicial		Provisão	
			31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
CSLL - Majoração da alíquota, de 9% para 15% - Lei nº 11.727/2008; e majoração da alíquota de 15% para 20% - Lei nº 13.169/2015.	Provável	Lei nº 11.727/2008 - Recurso Extraordinário no STF e Lei nº 13.169/2015 - 2ª instância.	R\$ 33.437	R\$ 17.268	R\$ 37.257	R\$ 19.448
PIS/Cofins - Alargamento da base - Lei nº 9.718/1998; Ativo garantidor e ativo livre - Lei nº 12.973/2014.	Possível	Alargamento da base - Aguardando decisão do STF e STJ; Ativo garantidor - 2ª instância e Ativo livre - 2ª instância.	R\$ 6473, sendo R\$ 5.568 COFINS, e R\$ 905 PIS	R\$ 5.012, sendo R\$ 4.311 COFINS, e R\$ 701 PIS	R\$ 5.393, sendo R\$ 4.639 COFINS, e R\$ 754 PIS	R\$ 3.995, sendo R\$ 3.437 COFINS, e R\$ 558 PIS
CPMF - Sobre o valor da transferência da quota FIE/FIFE que integra a transferência da carteira da Canadá Life.	Possível	Aguardando decisão do STF e STJ	R\$ 718	R\$ 699	-	-

Depósitos Judiciais: Os depósitos judiciais relativos às Obrigações Fiscais, Cíveis e Trabalhistas são registrados no ativo não circulante, sendo o total de provisões Cíveis no valor de R\$ 138 e as provisões Fiscais no valor de R\$ 40.769. Segue abaixo, a movimentação dos Depósitos Judiciais Fiscais:

	Saldo em 31/12/2016	Adi-ções	Atualiza-ção Mo-netária	Saldo em 31/12/2017	Adi-ções	Atualiza-ção Mo-netária	Saldo em 31/12/2018
Contribuição Social	7.539	8.698	1.031	1			



Rio Grande
SEGUROS E PREVIDÊNCIA

RIO GRANDE SEGUROS E PREVIDÊNCIA S.A.

CNPJ: 01.582.075/0001-90

www.riograndeseguradora.com.br

Rua Siqueira Campos, 1.163 - 6º andar / Cep: 90010-001

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

Aos Administradores e Acionistas do Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre – RS - Opinião: Examinamos as demonstrações financeiras da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP. **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores:** A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no

Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidades da Administração e da Governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequação da apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade da Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de

auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração. • Concluimos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. • Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia de Seguros a não mais se manter em continuidade operacional. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada. • Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela Governança e Administração a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos. Rio de Janeiro, 26 de Fevereiro de 2019. KPMG Auditores Independentes - CRC SP-014428/O-6 F-RJ; José Claudio Costa - Contador CRC 1SP167720/O-1.

PARECER DOS ATUÁRIOS INDEPENDENTES

Aos Conselheiros e Diretores da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Porto Alegre – RS. Examinamos as provisões técnicas, exceto os valores relativos ao seguro DPVAT, e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. ("Seguradora"), em 31 de dezembro de 2018, descritos no anexo I deste relatório, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Responsabilidade da Administração:** A Administração é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados - CNSP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. **Responsabilidade dos atuários independentes:** Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as provisões técnicas, os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção estão livres de distorção relevante. Em relação ao aspecto da Solvência, nossa responsabilidade está restrita à adequação dos demonstrativos da solvência e do capital mínimo da Seguradora e não abrange uma opinião no que se refere às condições para fazer frente às suas obrigações correntes e ainda apresentar uma situação patrimonial e uma expectativa de lucros que garantam a sua continuidade no futuro. Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e

dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera os controles internos relevantes para o cálculo e elaboração das provisões técnicas e dos ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e dos demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção da Seguradora para planejar procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados nas circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial. **Opinião:** Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de resseguro registrados nas demonstrações financeiras e os demonstrativos do capital mínimo, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise de solvência e dos limites de retenção acima referidos da Rio Grande Seguros e Previdência S.A. em 31 de dezembro de 2018 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária – IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados – SUSEP e do Conselho Nacional de Seguros Privados – CNSP. **Outros assuntos:** No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados fornecidas pela Seguradora e utilizadas em nossa auditoria atuarial, em base de testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante. Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, em base de testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviram de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos Quadros Estatísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes. Porto Alegre, 26 de fevereiro de 2019. Joel Garcia - Atuário MIBA 1131. KPMG Financial Risk & Actuarial Services Ltda. - CIBA 48. CNPJ: 02.668.801/0001-55. Rua Arq. Olavo Redig de Campos, 105, 11º Andar, Edifício EZ Towers, torre A. - 04711-904 - São Paulo – SP – Brasil

Anexo I - Rio Grande Seguros e Previdência S.A. (Em milhares de Reais)

1. Provisões Técnicas e ativos de resseguro	31/12/2018
Total de provisões técnicas	908.748
Total de provisões técnicas auditadas (*)	820.797
Total de créditos com resseguradores relacionados a sinistros e despesas com sinistros	1.564
2. Demonstrativo dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas auditadas (*)	31/12/2018
Provisões Técnicas auditadas (a)	820.797
DPVAT (b)	87.951
Valores redutores (c)	19.034
Total a ser coberto (a+b-c)	889.714
(*) de acordo com a Resolução CNSP nº 321/2015 a auditoria atuarial do DPVAT é responsabilidade da seguradora administradora dos consórcios	
3. Demonstrativo do Capital Mínimo	31/12/2018
Capital Base (a)	15.000
Capital de Risco (CR) (b)	83.237
Exigência de Capital (CMR) (máximo de a e b)	83.237
4. Demonstrativo da Solvência	31/12/2018
Patrimônio Líquido Ajustado - PLA (a)	141.729
Exigência de Capital (CMR) (b)	83.237
Suficiência / (Insuficiência) do PLA (c = a - b)	58.492
Ativos Garantidores (d)	996.406
Total a ser Coberto (e)	889.714
Suficiência (Insuficiência) dos Ativos Garantidores (f = d - e)	106.692
Ativos Líquidos (g)	106.692
Capital de Risco (CR) (h)	80.663
Índice de Liquidez em relação ao CR % (*) (g / h)	132%
(*) O índice de liquidez em relação ao Capital de Risco requerido pela Resolução CNSP nº 321/2015 e modificações é de, no mínimo, 20%.	
5. Demonstrativo dos limites de retenção (Ramos SUSEP)	31/12/2018
0990	400
0929, 0977, 0982, 0984, 0993, 1061, 1065, 1198, 1381, 1391	2.000